

JOVENS PERIFÉRICOS E A POUCA IDENTIFICAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Wagner Eduardo Conceição Souza¹

RESUMO: Nos últimos anos, precisamente a partir de 2013, percebeu-se que os jovens da classe média e alta saíram às ruas em busca de seus direitos, no entanto, dentre esses jovens, os da periferia ficaram isolados sem ter noção de seus direitos como cidadãos. O objetivo central deste trabalho é tratar sobre a questão da identificação do jovem da periferia, sobre a baixa identificação destes no cenário político do país. Propõe-se apresentar algumas reflexões a respeito do desinteresse desses jovens em relação à política do país, com uma alienação às questões que se apresentam no meio social, sem noção dos seus direitos. Procurar-se-á compreender qual mecanismo leva o jovem a se dispensar dessa maneira e não perceber os direitos que lhe cabem enquanto cidadão e a maneira de lutar por eles, através de pesquisa bibliográfica sob o ponto de vista do questionamento social. Construindo, assim, um paradigma em relação ao que leva o jovem da periferia a se isolar do contexto político e ficar à margem da discussão dos interesses sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Periferia. Política. Direitos sociais.

JÓVENES PERIFÉRICOS Y LA POCA IDENTIFICACIÓN CON LAS INSTITUCIONES DEMOCRÁTICAS

RESUMEN: In recent years, precisely from 2013, it was noticed that middle and upper class young people took to the streets in search of their rights, however, among these young people, those from the periphery were isolated without having a notion of their rights as citizens. The main objective of this work is to deal with the issue of identification of young people from the periphery, about their low identification in the political scenario of the country. It is proposed to present some reflections about the lack of interest of these young people in relation to the country's politics, with an alienation to the issues that arise in the social environment, without a notion of their rights. It will seek to understand which mechanism leads the young person to dismiss himself in this way and not perceive the rights that fit him as a citizen and the way to fight for them, through bibliographic research from the point of view of social questioning. Thus, building a paradigm in relation to what leads young people from the periphery to isolate themselves from the political context and stay on the sidelines of the discussion of social interests.

KEYWORDS: Periphery. Politics. Social rights.

INTRODUÇÃO

¹ Especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: wecs1995@hotmail.com

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.
CEP 85.903-000

Email: revistaalamedas@gmail.com

Segundo uma pesquisa do site Pindograma, os jovens votam menos que os mais velhos, apesar de haver mais candidatos jovens eleitos desde 2002 (Costa, 2020). Nota-se a baixa identificação dos jovens periféricos com as questões democráticas, conforme aponta o site Teoria e Debate Abramo (2020) levando um grande grupo deles às ruas em maio de 2020.

Os jovens que parecem se interessar pelos assuntos políticos são de classe média e alta, enquanto os jovens das periferias costumam não se engajar, nem buscar seus direitos. Dessa forma é importante pesquisar a respeito e procurar compreender se realmente os jovens moradores da periferia são alienados quanto às questões políticas e por qual motivo.

Como objetivo geral procura-se avaliar as motivações que acolhem essa perspectiva, anotando os questionamentos sobre se realmente esses jovens são alienados políticos e se deixam de lado os interesses que lhe são necessários para terem uma vida mais justa socialmente ou se apenas o cenário político não os abraça como deveria.

É importante falar sobre esse tema em decorrência do que ele representa, pois abrindo espaço para os questionamentos a respeito da pouca identificação dos jovens da periferia com as instituições democráticas possibilita a discussão e a criação de mecanismos de transformação social através de políticas públicas que visem não apenas as classes mais abastadas, mas abranja também as pessoas da periferia, incluindo os jovens.

O jovem da periferia pode estar indiferente quanto às questões políticas por não saber o quão importante é estar politicamente ativo, procurando seus direitos como cidadão, ou talvez, quem sabe, não haja uma abertura para este construir caminhos, e como ser social, também ajudar a desenvolver uma sociedade democrática, em que todos os cidadãos sejam contemplados nas políticas a serem idealizadas.

A seguinte pesquisa será bibliográfica sobre o termo “jovem da periferia”, cujo objetivo seja a identificação destes com a política implementada, em artigos de graduação, teses e dissertações de mestrado e doutorado, e ainda, em sites que tenham assuntos idênticos ou semelhantes, realizando uma seleção de alguns com datas atuais, que compõem um quadro de assuntos relacionados ao tema proposto.

Seguir-se-á pesquisas em sites como *Google Acadêmico*, *Scielo* e sites oficiais do governo para compreender a temática da justiça social com elementos de dados estatísticos sobre Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UNIOESTE – Rua da Faculdade 645. Toledo – PR.

a inserção dos jovens na política e no mercado de trabalho, bem como identificar quais são estes jovens e quais são as suas qualificações.

Os tópicos vão associar a procura por identificação com o assunto, abordando de modo conciso e direto as questões do objetivo geral e dos específicos, os quais são: procurar compreender se há realmente essa alienação do jovem da periferia com a política do país, analisar como se dá essa alienação e quais os mecanismos que permeiam essa construção de alienação política.

Propõe-se apresentar algumas reflexões a respeito do desinteresse desses jovens em relação à política do país, com uma alienação às questões que se apresentam no meio social, sem noção dos seus direitos. Procurar-se-á compreender qual mecanismo leva o jovem a se dispensar dessa maneira e não perceber os direitos que lhe cabem enquanto cidadão e a maneira de lutar por eles.

POLÍTICA E DEMOCRACIA

“Onde quer que haja duas ou mais pessoas, haverá a necessidade de definir regras de convivência, limites de ação e deveres comuns. A política acontece justamente no ato de existir em conjunto” (Andreassa, 2021). Desse modo, a política é um acontecimento de convivência em que as partes que convivem, procuram mecanismos de imposição de regras e limites na colaboração conjunta de viver bem entre si. Enquanto a democracia, apesar de suas variáveis, é por si só a condição em que haja um governo de muitos, como afirma Robert Dahl (Mattos, 2017). No entanto, para que haja essa condição é preciso que as políticas públicas definam meios para atender todas as pessoas, independente da sua condição financeira, religiosa, etc.

A democratização no Brasil, não assim como dos demais países do Terceiro Mundo, se iniciou após a independência do país e com a descolonização, porém com o decorrer dos anos a população passou a achar que os processos democráticos ocorridos no país não foram feitos em favor de toda população, mas sim para uma pequena minoria, e por causa disso algumas instituições democráticas passaram a ter uma menor credibilidade (XAVIER-ZECA, 2018). Pois as políticas que deveriam atender a toda a população, visou apenas uma parte dela, uma parte identificada como Elite.

Entre os anos de 1964 e 1985, depois de instaurado um golpe em 1 de abril, do primeiro ano, o país sob comando de sucessivos governos militares, viveu um período de caráter autoritário e nacionalista, negando e atacando muitos direitos fundamentais, inclusive formas de manifestação, organização e participação democráticas.

Passadas quase quatro décadas sobre a retomada de um regime de governo democrático no Brasil, é hoje aceitável que vigora uma democracia que caminha ainda com as pernas bambas, no entanto, pode-se dizer um pouco consolidada e estável, apesar do seu breve percurso, quando comparado com outros países.

Para Saward (1994), neste momento, muitas mudanças na sociedade podem ser observadas. Politicamente, as mudanças também se repercutiram na relação entre a sociedade civil e o Estado. Estende o sufrágio universal a todos os cidadãos e, claro, a todos os outros critérios institucionais que caracterizam a democraticidade de um regime. No entanto é preciso compreender o “princípio basilar da concepção da democracia” (Varela, 2009) que é a igualdade política, em que deve haver a igualdade de decisão e intervenção de todos os envolvidos na sociedade.

De fato, a democracia brasileira garante que todos os cidadãos nacionais maiores de 16 anos têm capacidade eleitoral efetiva, mas a ideia de democracia é de um conjunto de pressupostos que não se esgotam na possibilidade de participar eleitoralmente.

Uma primeira abordagem ao conceito de democracia deve recorrer às origens etimológicas da palavra, que remontam aos tempos clássicos e ao sistema deliberativo praticado pelas cidades-estados gregas, uma forma de democracia direta, uma representação da democracia que difere dos modelos contemporâneos. A palavra "democracia", que está na origem da famosa proposição "governo popular", surge da aglomeração, em termos da inversão de Demos (povo) e Kratos (governo).

Outra concepção de democracia vem da máxima do princípio da soberania popular. E assim, o papel, é claro, do povo como legítimo tomador de decisões em relação à vida coletiva cotidiana, podendo regular deliberadamente escolhendo seus representantes, assim participando de órgãos representativos democráticos, e a decisão coletiva que envolve a todos e que conduzida pelo povo, e assim eleito para ser o representante legal.

Para Tocqueville (2002), nestes termos, fica claro o papel do povo enquanto legítimo decisor dos assuntos da vida coletiva, o qual deverá escolher livremente, em intervalos

regulares, os seus representantes para os órgãos de governação em democracia representativa, as deliberações coletivas que a todos dizem respeito são tomadas pelos legítimos representantes do povo, eleitos para esse fim.

Para Varela (2009) a questão da soberania popular vem ao encontro da ideia de uma participação de uma igualdade política na qual é possível interpretar “a democracia como uma forma de governança e organização institucional” (Varela, 2009, p. 10) num ambiente de liberdade, com igualdade política, onde todas os indivíduos participam direta ou indiretamente do cenário político.

Conseqüentemente, o efetivo governo do povo em democracia representativa só pode ser assegurado num quadro de aceitação geral de princípios, direitos e mecanismos institucionais. Para além de instituições políticas e jurídicas, é importante que sejam integrados ainda conjuntos de direitos cívicos, sociais e políticos em estrita interdependência, os quais deverão funcionar de acordo com a supremacia da soberania popular e igualdade política.

É evidente que toda esta panóplia de mecanismos, princípios, liberdades e direitos pode revelar-se, por si só, insuficiente. Para Alain Touraine (1994) existem três dimensões centrais no conceito de democracia que estão desde logo presentes nas condições enunciadas antes: o respeito pelos direitos fundamentais, a ligação entre o Estado e a sociedade civil mediante o processo de representatividade com ligação à estrutura social e, por fim, a interiorização de um sentimento de cidadania que leve os indivíduos a participar na construção da vida coletiva.

A existência de representantes do povo, bem como a legitimidade política que resguarda a tomada de decisão pelos governantes, procede justamente da capacidade e vontade do povo em exercer os seus direitos de cidadania política independentemente das formas de participação política e envolvimento cívico, a especificidade dos direitos políticos relativamente aos direitos cívicos e sociais reside na necessidade do seu gozo implicar uma conduta ativa por parte de cada cidadão, exigindo uma mobilização que confirme a consagração desses direitos.

Por essa razão é tão importante que, em democracia, os cidadãos expressem criticamente os termos da sua vontade na construção coletiva, oriunda das interações sociais focadas em objetivos gerais convencionados e institucionalizados (a sobrevivência humana, a paz,

o desenvolvimento econômico, a justiça, a solidariedade, a educação, a saúde, o respeito pelo meio ambiente etc.), refletindo através de tal convergência, os distintos graus de integração social.

O JOVEM E A POLÍTICA

Imerso em um cenário com diversas dificuldades bastante específicas para os jovens brasileiros florescerem uma cultura cívica, surgem questionamentos sobre como seria para estes jovens a idealização de um sentido de pertencimento junto a uma responsabilização, o que os leva a se perguntar o que os une, “o que os liga a todos os outros, os estranhos, com quem convivem na cidade e no país” (Castro, 2008, p. 255).

A discussão que hoje se faz sobre a participação social e política dos jovens toma importância fundamental na pesquisa científica quando parecem existir indicações de que os jovens não se interessam pela política, alimentando ansiedades sobre os efeitos de tal desinteresse sobre a coesão social e o futuro da democracia (Castro, 2008, p. 255).

A constituição Federal Brasileira de 1988 garantiu aos jovens de dezesseis e dezessete anos, o direito de votar, se assim desejar, ou seja, facultativo. Era outubro deste ano em seu art. 14, § 1º, inciso II, alínea c. Desde então, os jovens foram incentivados a participar da política, inclusive com o apoio da própria justiça eleitoral com campanhas institucionais.

Sua participação na política torna-se necessária para fortalecer a democracia e aumentar o debate. Essencial que exista representatividade dos jovens nessa esfera, pois a política é um dos meios em que se estrutura o futuro de uma nação.

Apesar de serem atuantes na vida política do país, ou ao menos incentivados a isso, os jovens não se sentem representados pelas instituições políticas, é o que aponta o mapeamento feito pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), realizada em 2014, com 1.130 jovens, residentes em São Paulo capital, com idade entre 15 e 29 anos, “o jovem e a política na cidade de São Paulo: confiança e participação nas instituições” (ELLMANN, 2014). O estudo aponta que embora esses jovens tenham participado de alguma manifestação em São Paulo, a participação e a confiança deles é extremamente baixa com relação às instituições políticas e democráticas.

Outra pesquisa realizada pela Rede Global de Empreendedores Sociais e Líderes em 2021, entrevistando jovens de populações historicamente excluídas dos processos de decisão, moradores de periferias, negros, indígenas e empreendedores sociais que trabalham com esses jovens, aponta que eles participam de poucas decisões de nossa sociedade, assim como não se sentem representados pelas atuais instituições democráticas presentes no país. Essas e outras características foram apresentadas no relatório "Mapeamento sobre Juventudes, Democracia e Inovações Sociais na América". O mapeamento aponta ainda, uma grande falta de identidade dos jovens com as instituições democráticas como estão postas hoje (VICENZO, 2021).

Segundo Varela (2009), tem-se início desde a escola em que não há espaço para participação dos jovens nos processos de decisão do currículo e sobre as regras em um espaço que eles são maioria. Isso se reflete em partidos políticos, que quando há espaço para juventude, é um ambiente de importância diminuída e eles ficam restritos a este. Não há de fato uma estratégia para que jovens ocupem os espaços institucionais da política. “É somente uma das formas de participação política, a qual, não recolhendo especial interesse entre os jovens releva, ainda assim, de uma ideia generalizada e mistificada da juventude como um segmento etário insensível aos assuntos políticos” (VARELA, 2009, p. 57),

Para Varela (2009) sob esse prisma, a desafeição juvenil em relação à política seria uma espécie de estágio evolutivo insuperável, comum à generalidade dos jovens. Incapaz de se autonomizar de tal determinismo e de acordo com aquela leitura, a maior parte dos jovens seria culturalmente homogênea, apática e indiferente aos assuntos políticos. “A desmobilização eleitoral dos jovens resulta dos ciclos de vida e da cultura juvenil que lhes subjaz ou se resulta, em contrapartida, de uma alteração das referências e valores culturais” (VARELA, 2009, p. 58).

Segundo Varela (2009, p. 58), “para compreender melhor essa problemática, importa considerar que nem os jovens são todos iguais e orientados por padrões culturais idênticos nem a idade estabelece disposições padronizadas em todos eles”, o que explica a tendência de alguns se interessarem por assuntos políticos enquanto outros não, ao que inseridos em um contexto de mobilização consciente de busca de direitos, o jovem passa tender a ideologias políticas. Pois assim, explica o autor, num ambiente cultural voltado

para ideologias e busca de interesses comuns é mais propenso o engajamento nas questões de cunho social. Porque a cultura tem disso, como exemplifica o autor abaixo:

O conceito de cultura apela a um conjunto de valores e conhecimento transmitido de geração em geração, sendo interiorizado e partilhado pelas pessoas dessa sociedade. Enquanto a natureza humana é inata e universal, a cultura resulta de uma aprendizagem e varia de sociedade para sociedade (VARELA, 2009, p. 59).

Então a influência cultural age de forma a permitir posteriormente que jovens se integrem as questões sociais militando em grupos a favor de ideologias e interesses comuns. “Poderá integrar transformações que são fruto das interações e das consequências materiais e imateriais das mesmas em grupos sociais permanentes ou ocasionais” (VARELA, 2009, p. 59).

Nessa dimensão da cultura como forte influência na disposição do jovem em atuar politicamente, pode-se entender que “o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase de vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais” (VARELA, 2009, p. 28).

O estudo das culturas juvenis fica incompleto se os jovens não foram investigados a partir dos seus contextos vivenciais e quotidianos, porque é “no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articula com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação” (Pais 1996, p. 54-56).

Segundo Varela (2009, p. 49):

São estas particularidades individuais e grupais que os distinguem e os posicionam com referência a um padrão de normalidade: a juventude. Nestes termos, para além das claríssimas diferenças de base cultural entre um jovem yanomami e um coetâneo sueco, dentro de um mesmo país as distinções são óbvias entre jovens de meios rurais e urbanos, entre jovens estudantes e jovens com responsabilidades familiares, entre jovens provenientes de meios familiares mais ou menos politizados, entre jovens com mais ou menos conforto material ou entre jovens de diferentes etnias e orientações sexuais.

A distribuição por idades não afeta de modo diferente todos os jovens, pois há uma variação consoante em relação aos recursos que possibilitam referências políticas que favorecem o processo de socialização e de integração social. Assim não configura

atitudes específicas e, por assim dizer, alguns outros comportamentos políticos. No que se refere às individualidades a que se perceber o que difere um jovem politizado de um jovem cujas ideias não tornam posições políticas, pois o ambiente favorece que se obtenha compreensão das questões sociais, seja a que classe social pertença.

Assim sendo, toda essa multiplicidade de variáveis, acrescidas de outros fatores como a situação perante o emprego, as expectativas de vida, a avaliação geral da situação governativa do país e a intensidade das vivências são suscetíveis de posicionar diferentemente os jovens ou grupos de jovens, com respeito à participação política. Seja ao nível da participação convencional (participação eleitoral, contatos com políticos, militância partidária, etc.), seja no campo da participação não convencional (ações de protesto, tomadas de posição em órgãos de comunicação social, colaborar com organizações voluntárias, etc.) (VARELA, 2009, p. 52)

Assim sendo, todas essas variáveis determinam o caminho para o posicionamento do jovem nas questões sociais, situam a sua crença na determinação da mudança das políticas públicas que apontem a suas expectativas de vida. O seu posicionamento acontece à medida que percebe as dificuldades encontradas no caminho e que ao seu olhar, são postas por um poder público que não está atento as suas demandas.

Em relação aos ciclos de vida pode-se perceber que a idade sim pode ser uma variável de imediato, pois as experiências de vida e os conhecimentos que se processam ao longo do tempo, tornam o pensamento mais crítico e “a informação política é processada e consolidada” (VARELA, 2009, p. 53) Varela afirma que a idade de certa forma contribui para consolidar a competência subjetiva havendo a possibilidade de manter uma posição mais firme e crítica, conseqüentemente, podendo se extrapolar nos atos eleitorais, ou até mesmo nas discussões de bar sobre o desempenho de determinado governo.

Existem grupos sociais e organizações partidárias (partidos políticos) e sindicatos, entre outros, que são engajados em questões políticas e que estão unidos para um objetivo comum. É um grupo de pessoas organizadas estruturalmente de forma bem identificável e muitas vezes caracterizados formalmente, outras vezes não. No entanto, suas funções são diversas e seus interesses convergem, interesses dos membros que são ativos em seus papéis de comprometimento. “Ainda dentro de uma concepção relacional, estas condições

consagram normalmente um processo de socialização e educação informal entre os membros” (VARELA, 2009, p. 54).

É algo natural, um compartilhamento de informação política, como um sentimento alçado de pertencimento que adquirem, e, portanto ocorre a identificação com ideologias políticas ou valores morais que conseqüentemente podem ater uns aos outros numa ajuda mútua, partilhando seus objetivos e colaborando para a civilidade seja em que esfera for. “Em suma, gerados pela integração em grupos sociais, estes sistemas de solidariedade encontram nas normas de reciprocidade grupal e na intensificação do envolvimento, alimento privilegiado para a mobilização ativa” (VARELA, 2009, p. 54).

Os partidos políticos normalmente não apostam nos jovens como promissores na política. Não se preocupam em pô-los dentro das suas questões partidárias, pois consideram um eleitorado muito recente e passivo em relação aos planos convencionais. Assim não é o público que poderia competir por votos, principalmente nos países em que há grande número de pessoas mais velhas.

[...] as referências e reivindicações dos jovens podem manifestar-se algo desfasadas dos programas partidários, concentrados em problemáticas e assuntos só excepcionalmente comuns e coincidentes com os interesses e percepções genéricas dos jovens. Conseqüentemente, a própria sensação de distância ao poder acaba por funcionar como mais um mecanismo de desmobilização eleitoral (VARELA, 2009, pp. 54-55).

Sendo assim o desinteresse político dos jovens é acrescido e persistido por conta das lacunas que a política deixa em não permitir a integração desses nas questões partidárias. Não há um interesse que abarque o sentimento de pertencimento nas organizações de partidos políticos, nem incentivo de nenhuma forma, nas instituições de ensino e nas instituições religiosas.

Há ainda o aumento dessa passividade dos jovens por conta de midiaticização, entretenimento hedonista, que custeiam valores agregados a desinformação dos mesmos, tornando-os espectadores do cenário político, ao invés de atores ativos no processo. Assim a parcela considerável da população que com a sua força e juventude poderia dar um gás e modificar o cenário político, torna-se passiva.

JOVENS NA PERIFERIA DAS CIDADES

Os jovens da periferia das cidades vivem as margens de uma sociedade elitizada que se apoia na política para garantir seus interesses e não enxergam a situação de vulnerabilidade desses jovens, as dificuldades pelo qual passam.

O ambiente universitário modifica a mentalidade desses jovens periféricos e faz com que tenham percepção do quanto são injustiçados e atentam para a questão da participação política para a mudança do roteiro de suas vidas. MATOS, SIQUEIRA, & LOPES (2018) afirma que um dos fenômenos sociais que possibilita a construção de um cenário político de mudança está na inserção desses jovens em projetos coletivos e movimentos onde tenham espaço de fala e participação, ou seja, uma ferramenta política que envolvam estes jovens em debates sobre a situação de seu país (MATOS, SIQUEIRA, & LOPES, 2018).

O interesse dos jovens para a questão democrática surgiu a partir da ditadura de 1964 com destaque para algumas camadas sociais específicas, como a classe média e alta, que era composta por estudantes universitários que foram às ruas protestar pelos seus direitos de cidadãos. Em contrapartida “os jovens da periferia, em sua maioria ficava omissa em relação aos seus direitos políticos e sociais, por falta de conhecimento de seus direitos como cidadãos” (GOHN, 2018).

Os jovens estão mais participativos na política, com movimentos de juventude, reivindicando melhoria nas áreas de educação, tão ineficiente no país, pois as instituições de ensino não têm infraestrutura adequada e nem profissionais qualificados para oferecer um ensino de qualidade, fazendo com que haja muita repetência, evasão escolar, pois a maioria precisa trabalhar para ajudar a sustentar a casa. (Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, 2020)

Ainda segundo o site:

De acordo com um estudo realizado por Reynaldo Fernandes com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Educação (MEC), os jovens de baixa renda, em sua maioria negros, forçados precocemente ao mercado de trabalho ou que engravidam já na adolescência, formam o grupo de maior risco à evasão. (Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, 2020).

Estes jovens comumente costumam se evadir das escolas fazendo com que outros que conseguem permanecer se engajem em participação de grupos que possam apoiar

políticas públicas de ajuda a eles. Ao permanecerem na escola e aprenderem o conceito de cidadania e, a saber, de seus direitos e deveres perante a sociedade em que vivem, buscam com o governo melhores condições de vida para comunidade e passam a escolher melhor os seus representantes através dos votos com mais consciência.

Os jovens, tendo ultrapassado a crise da adolescência, por volta dos seus dezessete anos, após as mudanças hormonais tão comuns aos seres humanos, veriam transferidos seus conflitos geracionais da ordem normativa da família para a sociedade que passa a ser o “marco de referência da contestação”, ainda mais os jovens da periferia, que muitas vezes passam esses conflitos sem ajuda dos pais ou apoio de alguma adulto que possa orientá-lo em questões como drogas e sexo, levando-os em algumas vezes a aprender nas ruas ou em companhias de amigos.

A contestação juvenil, em grande medida, se explicaria pela “rejeição da condição adulta” que a sociedade impõe. Desta forma, a tensão não se equaciona analiticamente tão somente no plano do relacionamento entre as gerações, uma vez que a juventude se impõe como categoria histórica e social, mas se constituiria como um produto histórico: o movimento de juventude.

Desse modo, é indissociável a maneira como o fazer político pelos jovens se processa ao longo de um tempo, em que os jovens buscando resolver seus conflitos procuram na política à maneira de ver seus direitos respeitados e condizendo com seus interesses pessoais num movimento coletivo. E isso pouco ocorre com o jovem da periferia, no mais ele procura se apropriar de mecanismos de apoio social poucas vezes visto nas periferias, e quando acontece, este jovem periférico vê um caminho politizado a seguir.

JOVEM: A FORÇA POLÍTICA

Pinto (2013) afirma que nem todo poder é político e nem todo poder político necessariamente significa força. A força pode ser uma condição necessária, no entanto, não é o bastante para a existência do poder político. Pois há organizações com força que não usam a lei para legitimar esta força, é o caso de organizações criminosas.

Não é todo grupo social que tem condições de usar a força que atua com poder político, no entanto, ao se falar em força política na condição juvenil, está se aportando

uma maneira de se apropriar da condição que todo jovem tem: austeridade, ousadia, quebras de paradigmas, ausência de preconceitos, por pertencer a vários grupos sociais, etc.

Talvez o que falta para uma renovação política no país seja um espaço largo para inserção dos jovens no cenário político, permitindo o desbravamento destes para ideias e conceitos que abarquem processos diferenciados de luta por direitos sociais e culminem numa politização juvenil cheia de força e renovação. Mas o que falta para isso? Talvez seja “Falta de espaço para aprender e praticar a cidadania, necessidade de construir canais de comunicação entre instituições tradicionais e as juventudes e tantos outros desafios para a efetivação da participação política dos jovens” (MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 2021).

Tão necessária e urgente essa participação poderia garantir a renovação da política e todo um trâmite de transformação social, pois o jovem traria uma força, uma garra, ideias novas e centradas no coletivo, acrescenta a autora.

Para que se processe uma política democrática essa ideia de coletividade deve existir na máxima, pois a justiça social perpassa qualquer ideologia e se apodera de uma visão de mundo em que todos os indivíduos são importantes. “A militância nos partidos é construída lentamente na trajetória de cada jovem, dando continuidade a uma história pessoal de preocupação com a realidade social” (CASTRO, 2008, p. 257).

Com as informações às mãos a qualquer tempo, o jovem, do século XXI, é mais crítico, mas aberto a diálogos, seja nas questões da sexualidade, seja dos valores e moral. Com conteúdos diversos nas redes, é possível que se construa um pensamento crítico a respeito de diferenciados temas, pois muitas questões de respeito as diferenças em norteadas o campo das discussões nas redes e com isso, o jovem deste século possui uma ideia melhor das particularidades ocorridas no meio social que pode ajudá-lo a compreender melhor certas questões.

Este jovem torna-se um ator político, manifestando sua opinião e procurando mecanismos que possam tornar prática a sua opinião formulada em debates nas redes sobre o assunto e que levanta questionamentos e propostas de mudanças, e não só apenas nas redes, mas que sejam o momento de manifestação, propiciando futuramente o engajamento nas questões sociais.

O jovem, principalmente o da periferia, afastado dos questionamentos, fora dos ideais libertários, pode, enfim, apropriar-se do conhecimento político e ingressar com seus ideários junto a outros jovens engajados num mesmo objetivo, a liberdade de poder ser o que são.

E isto, talvez não implique a questão social, visto que algumas questões são inerentes a todos de qualquer nível social, pois existem questionamentos, como orientação sexual, por exemplo, que são inerentes a qualquer grupo, ou seja, todos desejam viver suas sexualidades livremente, e independe do nível social a que pertença.

A problemática, no entanto, ocorre na escola, local onde normalmente o jovem tem a oportunidade de expor a sua opinião, fora das redes sociais e se esbarra com uma questão preocupante, como afirma a jornalista Mariana Belmonte:

As instituições não estão preparadas para receber opiniões, olhares das juventudes, principalmente, a negra e periférica. Estes espaços são ocupados historicamente por homens brancos que têm um modo de fazer colocado, então quando vem algum jovem de outro olhar, de origem mais popular, gera uma desconfiança, uma disputa. E isso reforça a importância de ocupar, de trazer nossa narrativa (MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 2021).

Juliana Marques, fundadora do Movimento Mulheres Negras Decidem, alerta para a questão racial e comenta sobre as mortes em grande escala dos jovens negros e do fato de serem tão discriminados socialmente, obrigando-os a lutarem pela sobrevivência em detrimento de seu engajamento cívico.

Assim descreve Juliana:

O fato de que a cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil, traz uma dimensão de que, antes de tudo, a nossa capacidade de pensar política está muito voltada para a estratégia de sobrevivência. Nosso direito à vida é negado, então fica difícil pensar, às vezes, em engajamento cívico dos jovens, não porque não reconheçam a importância deste espaço, mas por conta de todas essas discriminações que no atravessam. (MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO, 2021).

O racismo estrutural dificulta o envolvimento dos jovens periféricos na política, ao passo que se cria hoje uma memória racial, pelos atos de luta de partes da sociedade tanto negra quanto branca, que vinculam protestos e revolta contra aqueles que tratam os seres de pigmentação escura com preconceito.

O jovem é a força da política e esse mesmo jovem, que agora integra um número cada vez maior de mentes críticas e progressistas, vem se engajando politicamente para que mais e mais jovens de todas as classes se interessem pelos problemas sociais de todos e percebem os seus direitos e lutem por eles, pois o século XXI pós-guerra, trouxe jovens de mentes mais abertas e endereçadas as mudanças sociais necessárias, seja pela necessidade de pertencimento, seja pela igualdade de justiça social aclamada bem mais pelos jovens da periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar a problemática dos jovens moradores das periferias que se identificam pouco com as instituições democráticas tentando compreender as motivações e a ausência destes jovens nos partidos políticos, ou no engajamento político propondo questões a serem modificadas. Tentou-se compreender a dificuldade desses jovens em inteirar-se da política, promovendo debates sobre questões de seus interesses.

Ao analisar tal questão, percebeu-se que a “A adesão de jovens à” causa político-partidária está relacionada ao desejo de transformação social e à expectativa de um mundo melhor, mais justo, com menos desigualdades sociais, em que “as coisas possam estar menos erradas” (CASTRO, 2008, p. 257)

Desse modo, objetivou-se analisar os parâmetros dessa disparidade e aprofundar na questão da justiça social com alicerce para compreender por que os jovens de classe média e alta vão às ruas lutarem por direitos enquanto jovens da periferia sequer conseguem compreender tal situação.

Como resultado percebeu-se que a maioria dos jovens da periferia tem dificuldades em compreender quais são seus direitos e desse modo não se interessam por politizar-se por não entenderem que têm direitos e que assim politizando-se, podem exercer politicamente sua cidadania.

Para compreender o objetivo geral definiram-se três objetivos, os quais são: Compreender o motivo da alienação política dos jovens da periferia, analisar essa alienação e procurar entender de que modo isso pode ser modificado. Assim, a pesquisa conclui as motivações, os fatores da problemática e a percepção filosófica por trás disso tudo.

Portanto, com as definições a hipótese se confirma que a alienação política dos jovens periféricos se dá no âmbito mais amplo da questão da injustiça social, que os leva a ter que procurar outros interesses urgentes, como trabalhar para se sustentar, do que questões políticas que demandam tempo para estudos e pesquisas.

E, por fim, propõe-se em pesquisas futuras a abordagem dessas problemáticas com proposições para inserir estes jovens nas questões políticas, inclusive atentando-se para a injustiça social que os põem em situação crítica sem ter acesso a uma educação de qualidade, que possa ensiná-lo sobre seus direitos e obrigando-o a trabalhar ao invés de estudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRANO, Paulo. **A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes.** *O Social em Questão*, n. 27, p. 83-99, jan./jun. 2012.

CASTRO, L. R. (junho de 2008). **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** *Revista Sociologia Política*, pp. 253-268.

GOHN, Maria da Glória. **Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação.** *Caderno CRH*, v. 31, n. 82, jan./abr., 2018.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies.** Princeton, University Press, 1997.

MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. (18 de Junho de 2021). **Confira os destaques do lançamento do mapeamento “Jovens Transformadores para o Futuro da Democracia”.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/17/jovens-se-identificam-menos-com-instituicoes-democraticas-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates.** Porto, Ambar. Caps. 2, 3 e 4. 2001.

SAWARD, Michael. *Democratic Theory and Indices of Democratization.* In: BEETHAM, David. **Defining and Measuring Democracy.** London, Sage. p. 6-24. 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Da democracia na América.** Cascais, Principia, Vol. I e II.

TOURAINÉ, Alain. **Qu'est-ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.

VARELA, Alexandre. **Jovens e política: o papel da socialização na participação política.** 2009. 267 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009.

VICENZO, Giacomo. **Jovens se identificam menos com instituições democráticas, aponta relatório.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/06/17/jovens-se-identificam-menos-com-instituicoes-democraticas-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

XAVIER-ZECA, Kátia Sara Henriques. **Democracia representativa em África: desafios das instituições democráticas em Moçambique no séc. XXI (2002-2015).** *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 25, p. 181-208, jul./dez. 2018.